



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 133**

*de 23 de dezembro de 2009*

**Altera a Lei Complementar nº 96, de 2 de agosto de 2006, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Prefeitura Municipal de Corumbá, e dá outras providências.**

*Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, aprovou e Eu, Ruiter Cunha de Oliveira, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:*

### **Art. 1º..**

*Os arts. 20 e 21 da Lei Complementar nº 96, de 2 de agosto de 2006, na redação das Leis Complementares 101, de 22 de dezembro de 2006; 111, de 20 de dezembro de 2007 e 124, de 02 de abril de 2009, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:*

### **Art. 20. ....**

### **III.**

*da Secretaria-Executiva de Meio Ambiente:*

#### **a).**

*a normatização dos procedimentos para o controle, a fiscalização e o licenciamento de atividades que têm impacto sobre o meio ambiente e seu disciplinamento no que tange à proteção, conservação, preservação e recuperação e melhoria do meio ambiente, em especial os recursos hídricos;*

**b).**

*a proposição da política de proteção do meio ambiente, compatibilizando com os padrões de proteção estabelecidos nas esferas federal e estadual, visando a preservação e conservação dos recursos naturais, a qualidade de vida e a participação da comunidade na sua execução;*

**c).**

*o desenvolvimento de atividades concernentes à implantação do zoneamento ambiental do Município e o apoio às ações para implementação da Agenda 21 no Município e à implantação e manutenção de sistema de informações referentes ao meio ambiente;*

**d).**

*o apoio à formulação de normas técnicas e legais, padrões de proteção, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, observadas as peculiaridades locais e o que estabelece a legislação federal e estadual;*

**e).**

*o incentivo e apoio à criação de unidades de conservação no Município para proteção e preservação ambiental e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural do Município, mediante a intensificação das ações de fiscalização ambiental e de controle urbano;*

**f).**

*a implantação e a manutenção do cadastro de atividades econômicas utilizadoras ou degradadoras de recursos ambientais, mediante a coleta e a catalogação de dados e informações sobre as mesmas;*

**g).**

*a formulação e a implementação das políticas de proteção à fauna e à flora, visando eliminar as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade;*

**h).**

*o estabelecimento de padrões de efluentes industriais e as normas para transporte, disposição e destino final de resíduos resultantes de atividades industriais e comerciais passíveis de degradação ambiental e a promoção de estudos, programas e projetos para reciclagem e diminuição do lixo urbano;*

**i).**

*a promoção da educação ambiental, em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a conservação do meio ambiente, assim como na participação e realização de eventos, seminários, congressos, cursos, campanhas, programas de educação e de gestão ambiental;*

**o).**

*o incentivo à promoção de pesquisa científica, visando à conscientização da população sobre a necessidade de proteger, preservar, conservar e recuperar o meio ambiente;*

**p).**

*a busca de financiamentos para a implantação de planos, programas e projetos relativos à proteção, preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais.*

## **Art. 21.**

.....

## **III.**

*Secretaria-Executiva de Meio Ambiente.*

## **Art. 2º..**

*Fica extinta a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Produção Rural e transferidos os direitos, os bens móveis, as obrigações e o pessoal das unidades de sua estrutura, para:*

## **I.**

*a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado, os vinculados à Secretaria-Executiva de Meio Ambiente;*

## **II.**

*a Fundação Terra Pantanal, os vinculados à Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Agropecuário.*

### **Parágrafo único .**

*As atividades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Produção Rural, exercidas através da Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Agropecuário, passam para a Fundação Terra Pantanal.*

### **Art. 3º..**

*O Prefeito Municipal fica autorizado a promover, sem aumento de despesa, a adequação das disposições da Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2010, às alterações promovidas por esta Lei Complementar na estrutura do Poder Executivo.*

### **Parágrafo único .**

*O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais, no limite dos saldos das dotações orçamentárias do órgão extinto, para destinação à Secretaria Municipal e à entidade da administração indireta que absorvem suas atividades.*

### **Art. 4º..**

*Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2010.*

### **Art. 5º..**

*Ficam revogados a alínea 'b' do inciso III do art. 10, e os arts. 21-A e 21-B, todos da Lei Complementar nº 96, de 2 de agosto de 2006, e demais disposições em contrário.*

*RUI TER CUNHA DE OLIVEIRA* PREFEITO MUNICIPAL

---

*Lei Complementar Nº 133/2009 - 23 de dezembro de 2009*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*